

# Quando a Economia Política se esqueceu da História: a importância da história na análise económica<sup>1</sup>

Hernâni Custódio do Carmo<sup>2</sup>

## Resumo

O processo no qual a economia política se tornou em economia (*economics*), corresponde a uma separação desta última das restantes ciências sociais, na qual se inclui a história. Podemos considerar dois acontecimentos, que ocorreram na 2ª metade do séc. XIX, como determinantes nesta evolução: o *methodenstreit* e a criação de um plano de estudos autónomos em economia, por Alfred Marshall: *economics*. A interdisciplinaridade, característica da economia política clássica, foi perdida e a análise económica empobrecida ao ignorar-se um conjunto de fatores importantes para o estudo da economia. A introdução, na análise, da especificidade histórica requer o reconhecimento que diferentes fenómenos sociais e económicos requerem teorias de análise diferentes. Este artigo pretende evidenciar a importância específica da história no quadro interdisciplinar de análise da economia política. Para isso, iremos problematizar a relevância de uma compreensão holista dos fenómenos económicos e sociais e evidenciar o papel que a Escola Histórica Alemã teve na discussão deste tema, tal como analisar os fenómenos que contribuíram para a perda da importância da história na reformulada *economics*.

## A Especificidade Histórica e a Ciência Económica

Karl Marx foi um dos primeiros estudiosos a colocar a questão da especificidade histórica no centro da teoria económica. Ele mostrou como as relações de produção e

---

<sup>1</sup> Ensaio apresentado à unidade curricular “Epistemologia e Metodologia da Economia Política” do Doutoramento em Economia Política da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa (ISEG-UL).

<sup>2</sup> e-mail: hernani.do.carmo@outlook.com

os direitos de propriedade estão inseridos num sistema socioeconómico próprio, que está em mutação ao longo do tempo. O estudo da produção num sistema feudalista é muito diferente do de um sistema capitalista. Este ponto, levantado por Marx, remete-nos para a importância na consideração das particularidades de um determinado fenómeno económico ou social, que acontece num tempo e num espaço específicos. A assunção deste princípio implica a necessidade de um olhar abrangente no estudo deste tipo de fenómenos relacionados com a economia política. As contribuições das várias áreas do conhecimento possibilitam uma análise mais próxima da realidade nos seus mais diversos prismas. A economia política juntamente com o contributo da sociologia, da história, da filosofia, do direito, entre outros, permitirá o estudo, de uma maneira mais perspicaz, da complexidade realística dos fenómenos económicos e sociais de uma forma holística. A especificidade histórica revela-se um conceito central em todas as ciências sociais, ou seja, é necessário ter uma compreensão holista da vida material nos seus contextos históricos e geográficos e das formas de poder que neles estão presentes. A introdução deste conceito numa investigação começa pela assunção que diferentes fenómenos económicos e sociais requerem teorias que são, de alguma forma, diferentes entre elas, como por exemplo, uma teoria adequada ao feudalismo será desadequada ao capitalismo. As teorias económicas *mainstream*s atuais têm dificuldade em lidar com fenómenos específicos e concretos, pois não são suficientemente sensíveis às variações históricas e geográficas. A Escola Histórica, cuja importância neste assunto será debatida mais à frente, é normalmente descartada por ser considerada descritiva e atórica. Esta acusação é imprecisa, pois apesar de dar um excesso de ênfase ao trabalho empírico, vários economistas da Escola Histórica formularam as suas próprias teorias, como Gustav von Schmoller, Werner Sombart e Max Weber.

A história, como área do conhecimento autónoma, estuda o Homem ao longo do tempo. Esse Homem encontra-se inserido numa determinada economia e sociedade e com elas foi evoluindo. “A história é importante, em parte porque todo o organismo complexo, todo o ser humano e toda a sociedade carregam a bagagem do seu passado” (Hodgson, 2001: 3). Se encararmos a economia como a ciência das escolhas, seria importante existir o reconhecimento que as escolhas efetuadas no passado têm influência nas escolhas do presente. Desta forma, a história tem importância, tornando-

se necessário explorar as particularidades do passado e reconhecer que qualquer teoria geral tem os seus limites.

A economia, como um sistema aberto, ao ser teorizada, principalmente pelos economistas neoclássicos, acaba por ser simplificada. Esta necessidade da criação de uma abordagem de características universalistas, capaz de explicar qualquer fenómeno económico, é um dos principais fatores que contribui para que a história seja negligenciada na *economics*. Deste modo, seria importante assumir que as teorias gerais têm limitações ao serem usadas nas ciências sociais – mas para isso, também seria necessário o reconhecimento inequívoco, por estes, que a economia é, de facto, uma ciência social. Assim, algumas abordagens universalistas deveriam ser substituídas por teorias historicamente específicas, ou seja, que assumam a especificidade história na sua análise.

Uma das principais razões da existência de teorias gerais aplicadas à economia, foi a tentativa da economia imitar a física, que surge com a revolução marginalista na década de 70 do século XX, onde é abandonado o foco da ciência económica na esfera da produção e na redistribuição de riqueza (economia política clássica) para um foco centrado na troca e nos mercados (Neves, 2016). No entanto estas abordagens acabam por falhar em alguns pontos, como a não consideração dos seus pressupostos ontológicos, tal como a falta de problematização pelo que se entende por “explicação”, pois enunciar uma teoria que aparentemente se adequa a todas as eventualidades parece ser suficiente para os seus formuladores. Existe uma diferença significativa entre a economia e a física, a realidade económica e social muda de uma forma que a realidade física não muda, que pode ser facilmente exemplificada pela existência do comportamento humano na “equação” da realidade. Seguindo a mesma linha de raciocínio das ciências naturais, os economistas *mainstream* acreditam que uma abordagem universal é sempre melhor do que ter um domínio de análise mais restrito. Assim, a forma que arranjaram de dar mais credibilidade à ciência económica foi elaborando uma teoria geral, descobrindo princípios e leis gerais – de forma similar às ciências naturais. Thomas Malthus foi um dos críticos a este excesso de ênfase na dedução e nas generalizações que a ciência económica dava, mesmo muito antes da revolução marginalista: “A principal causa de erro e as diferenças que atualmente prevalecem entre os autores científicos da economia política parecem-me uma

tentativa precipitada de simplificar e generalizar” (Malthus, 1836: 4 *apud* Hodgson, 2001: 5).

Contudo, os economistas *mainstream* perceberam que as teorias gerais acabavam por ter algumas limitações e assim tentaram adaptar essas abordagens para situações particulares. Foram criadas teorias sobre concorrência perfeita, sobre monopólios, concorrência monopolística, oligopólios, etc. No entanto, todas elas têm implícita uma teoria geral base, que é assente em pressupostos comuns a todas elas: comportamento racional dos agentes, a escassez, as preferências fixas, etc. Por outro lado, continua a não existir um reconhecimento que a teoria deveria ser aplicada especificamente a um sistema socioeconómico particular ou a um período histórico específico – compreensão holista da vida material. A teorização da economia ortodoxa moderna é a-histórica e acaba por ser assente num conjunto de generalidades.

A economia suporta maioritariamente as suas teorias gerais em modelos matemáticos, que transparecem um carácter objetivo similar ao das ciências naturais. No entanto, estes modelos são bastante falíveis. “Um problema central de todos os modelos nas ciências sociais é que eles precisam de considerar não apenas as relações estruturadas entre os agentes, mas também os cálculos dos próprios agentes, à medida que reagem às mudanças nas circunstâncias” (Hodgson, 2001:14), isto é, o agente, incluído no modelo, tem que ser modelado de forma a incluir a sua própria perceção do sistema em que está incluído. Estamos a falar de um nível de complexidade elevado para ser incluído num modelo geral. Elaborar teorias gerais na economia e nas outras ciências sociais, que lidam com fenómenos complexos, acabam por ter que fazer assunções de forma a simplificar a realidade, desta forma deixam de ser gerais.

Existem diferentes sistemas socioeconómicos em vários momentos da história e em diferentes espaços geográficos. Assumir este facto leva-nos a admitir que existem fenómenos únicos que requerem análises próprias. A utilização de uma abordagem não holista não admite a existência destas diferenças. É certo que se diferentes fenómenos são suportados em certas características comuns, as diferentes teorias utilizadas podem ter algum grau de semelhança. Mas a existência de diferenças consideráveis fará com que determinados modelos teóricos adequados para um fenómeno social ou económico possam não ser adequados a outro. Este problema de especificidade histórica e geográfica é bem ilustrada na obra de Jared Diamond ([1997] 2005). A construção de

uma teoria requer um processo de abstração e de simplificação. Se essa teoria for sobre um fenómeno económico ou social historicamente específico, ela será sensível a esta necessidade de compreensão de uma forma holista. Uma certa teoria adequada para cobrir um conjunto extenso ou universal pode ser ilusória. Nesse contexto, tentativas infundadas de perseguir uma teoria geral a todo o custo podem abandonar qualquer foco em mudanças cumulativas e em causalidade circular. Todavia, não queremos dizer com isto que características ou conceitos universais devam estar ausentes nas ciências sociais, mas sim que é improvável que uma abordagem adequada a fenómenos complexos seja composta inteiramente por essas características universais. Em parte, o problema da especificidade histórica ajuda a demarcar as ciências sociais das ciências físicas. Os sistemas socioeconómicos mudaram acentuadamente nos últimos milhares de anos, enquanto as propriedades e leis essenciais do mundo físico permanecem inalteradas. Consequentemente, os métodos das ciências sociais devem ser alterados para acompanhar o sujeito em mudança na análise, algo que não acontece na física.

Nos dias de hoje, este problema metodológico é praticamente ignorado pela teoria económica dominante. Recordamos que a primeira vez que o problema da especificidade histórica foi levantado remonta a Marx, tendo sido explorada pela Escola Histórica Alemã a partir de 1840. O Velho Institucionalismo também pegou neste problema, não o desenvolvendo muito mais do que a Escola Histórica Alemã, com exceção de alguns institucionalistas como é o caso de John Commons (1862-1945). Uma das críticas que estas duas escolas do pensamento económico foram alvo foi não terem desenvolvido teorias. Perpetuou-se a falsa ideia que aqueles que alertavam para a importância da história na análise económica eram contra a teoria. Vejamos, de seguida, a importância do contributo da Escola Histórica Alemã para esta discussão.

### **A Escola Histórica Alemã**

Como nos dizem Grimmer-Solem & Romani (1998: 267) a literatura *mainstream* da história do pensamento económico encara a Escola Histórica como um obstáculo a ser ultrapassado. No entanto, os autores argumentam que o uso da designação “Escola

Histórica” nos vários países em análise<sup>3</sup> pode não ser correto, pois não é possível identificar uma verdadeira “Escola”. Estes autores defendem que a “reação contra o “ricardianismo” e aos seus usos socialistas assumiu uma variedade de formas nas últimas três décadas do século XIX, tornando assim desajustado o uso abrangente do termo “Escola Histórica”. Grimmer-Solem e Romani identificam os “verdadeiros” economistas históricos<sup>4</sup> no seu artigo, fazendo uma seleção entre todos aqueles que se colocavam debaixo do chapéu da “Escola Histórica”, os que realmente encaravam a história como uma ferramenta a ser usada pela economia. No artigo concluem que existe uma grande variedade de movimentos heterodoxos, onde se insere um grupo alargado de europeus que usavam a história para analisar fenómenos económicos e sociais e que estavam fortemente ligados a um projeto de reforma social. Pelo exposto, vamos dar especial atenção à Escola Histórica Alemã como um todo, destacando os seus principais alicerces comuns.

A literatura apresenta normalmente quatro vertentes básicas da Escola Histórica: “the older” Escola Histórica Alemã, onde se destacaram Wilhelm Rosher, Bruno Hildebrand e Karl Knies; “the younger” Escola Histórica Alemã, onde o membro mais famoso e destacado foi Gustav von Schmoller; “the youngest” Escola Histórica Alemã, sendo exemplos de autores: Max Weber e Werner Somart; e a Escola Histórica Britânica, onde se destacou Cliffe Leslie e William Ashley (Milonakis & Fine, 2009: 74).

O principal autor desta tradição histórica em Economia é considerado Gustav von Schmoller, o melhor representante da “the younger” Escola Histórica Alemã. Com ele, a Economia Histórica chegou mais perto de formar uma Escola alternativa. No entanto, para alguns, a economia histórica como um todo é melhor ser pensada como um “movimento histórico” ou uma “crítica historicista, em vez de um esforço historicista de construir um novo sistema de teoria económica” (Koot, 1987: 2 *apud* Milonakis & Fine, 2009: 75). Embora a Escola Histórica Alemã mais conhecida tenha tentado construir uma economia histórica alternativa, baseada no método indutivo e no princípio da investigação empírica e histórica, o mesmo não se aplica aos economistas históricos

---

<sup>3</sup> Erik Grimmer-Solem e Roberto Romani analisaram a “Escola Histórica” em Inglaterra, França, Itália e Alemanha.

<sup>4</sup> Brentano, Bucher, Cohn, Gothein, Hasbach, Held, Herkner, Hildebrand, Knapp, Miaskowski, Schanz, Schmoller, Schonberg, Stieda, Ashley, Cliffe Leslie, Cunningham, Thorold Rogers, Toynbee, Laveleye e Levasseur.

britânicos cuja principal preocupação, com exceção de Leslie e Ashley, foi promover as disciplinas mais indutivas da história económica e da economia aplicada.

A fundação da Escolha Histórica Alemã é normalmente associada à publicação, em 1843, de *Grundriss (Outline of Lectures on Political Economy Following the Historical Method)* por Wilhelm Roscher, sendo quase considerado como um manifesto desta Escola. Ele escreveu que: “Não hesitamos em declarar a ciência económica uma ciência empírica pura. Para nós, a história não é um meio, mas o objeto de nossas investigações” (Roscher 1849:42 *apud* Hodgson, 2001:59). Esta afirmação é uma das bases da principal crítica que a Escola Histórica recebeu: a ausência de teoria, como já tínhamos referido. Esta questão leva-nos para o *Methodenstreit*, que abordaremos mais à frente neste ensaio.

Uma das principais ideias da Escola Histórica Alemã é a abordagem desenvolvimentista da economia. Para os economistas desta Escola a sociedade está em permanente mudança, é necessário analisar a economia num sentido de desenvolvimento e de crescimento acumulativo. Desta forma uma doutrina económica importante para um país num certo período da história pode ser irrelevante para um outro país ou em outro momento no tempo, isto é, o problema da especificidade histórica.

Outra característica central da Escola Histórica Alemã era a sua abordagem indutiva/histórica. Os economistas desta escola salientavam a importância de se estudar historicamente a economia como parte de um conjunto integrado. Como os fenómenos económicos e sociais são interdependentes, a economia política tem que estar articulada com outras ciências sociais, dando-lhe um carácter interdisciplinar. A Escola Histórica criticava o carácter abstrato, dedutivo, estático, irreal e não histórico da metodologia clássica e marginalista. Esta Escola pretendia o uso dos métodos da história enquanto ciência, fazendo estudos indutivos, utilizando material de fontes primárias e estudando as instituições sociais em mudança. Estes economistas reivindicavam que o seu método histórico permitia-lhes estudar todas as forças de um fenómeno económico e não apenas a sua lógica económica. Os economistas históricos negavam que fosse possível haver leis económicas válidas, com uma exceção: alguns deles defendiam que os padrões de desenvolvimento são perceptíveis na história e podem ser generalizados como “leis de movimentos”.

Uma das ideias importantes da Escola Histórica Alemã é a rejeição do individualismo. Defendiam que era a sociedade e o Estado, e não o indivíduo, que deviam estar no centro do estudo. Esta escola deu ênfase à necessidade de o Estado intervir na economia, pois a sociedade possui interesses próprios, que são diferentes dos interesses individuais. A Escola Histórica Alemã ao introduzir uma abordagem desenvolvimentista da sociedade, defendiam que a melhor forma de compreendermos a economia moderna era os economistas familiarizassem-se com as mudanças históricas e contextuais, para isso, era fundamental a utilização de dados empíricos.

### **O *Methodenstreit***

A Escola Histórica, na década de 80 do século XIX, teve grande influência nas universidades alemãs e austríacas, mas também noutros países. Em 1883, Carl Menger<sup>5</sup> lançou o seu livro “Untersuchungen” (“Investigations into the Method of the Social Sciences with Special Reference to Economics”) onde atacou diretamente a metodologia da Escola Histórica. Nesta obra sobre metodologia, Menger defendia a importância da análise teórica. Ele identificava vários erros que confundiam a economia teórica com a história da economia, tentando estabelecer um espaço central na ciência económica para o método dedutivo e para a teoria abstrata. No entanto, convém referir que Menger, ao contrário de Jevons e Walras, não pretendia fazer da ciência económica uma espécie de física, opondo-se à economia matemática, ao argumentar que a matemática não conseguia mostrar a essência dos fenómenos económicos, só podia demonstrar relações entre quantidades (Backhouse, 2002: 177). No ano seguinte, Schomoller faz uma forte crítica ao livro de Menger, publicando o “Jahrbuch” (Schmoller, 1884), ao que Menger contra-atacou com um polémico e inflamado livro: “The Errors of Historicism” (Menger, 1884), resultando num debate duradouro, o chamado *Methodenstreit*<sup>6</sup>.

Este debate é considerado um dos debates metodológicos mais importantes da ciência económica. Ele dizia respeito à própria natureza e âmbito da economia. Passado mais de um século, os economistas ortodoxos atribuem a vitória deste debate a Menger. No entanto, como temos vindo a argumentar, a metodologia defendida por Menger não

---

<sup>5</sup> Carl Menger é considerado um dos pais da escola marginalista.

<sup>6</sup> Traduzido do alemão para o português: *Disputa de Métodos*.

tem em consideração vários aspetos. Como nos diz Hodgson (2001: 93), são quatro as preposições metodológicas de Menger que apresentam fragilidades: anti-indutivismo, a descrição mesmo apoiada em conceitos teóricos não pode, só por si, levar a uma explicação dos fenómenos económicos; o individualismo, o ponto de partida para a análise económica é o indivíduo; a universalidade dos princípios económicos; e a relegação das especificidades históricas, os economistas não têm que se preocupar com o esse problema. A vitória é atribuída a Menger pois os economistas, pertencentes à teoria económica dominante, concordam com todas estas proposições. Já evidenciámos as fragilidades do individualismo metodológico. A universalidade dos princípios económicos poderá ser aceite, no entanto, aceitar a universalidade da escolha racional ou as “leis” da oferta e da procura é muito questionável e a nosso ver errado. Menger achava que estas premissas apresentadas eram suficientes para afastar e menosprezar o problema da especificidade histórica. Portanto, criou-se um mito da vitória de Menger, por parte dos economistas do século XX, no entanto ele não era visto como amplamente vencedor se recuarmos até essa época, “ [...] recebemos um relato falso de um triunfo intelectual, supostamente deixando a Escola Histórica em retirada. Pelo contrário, a Escola Histórica Alemã sobreviveu a esse embate e dele extraiu força teórica” (Hodgson, 2001: 94). O impacto limitado do ataque de Menger também pode ser avaliado ao vermos a reação do insuspeito Alfred Marshall, que está longe de dar uma vitória total a Menger. Após a morte de Marshall, em 1924, o mito da vitória definitiva de Menger tornou-se convencional.

### **Alfred Marshall e a Escola Histórica**

Alfred Marshall foi o responsável formal pela transição da economia política para a economia (economics), sendo considerado, por muitos, como o primeiro economista da Escola Neoclássica. No entanto, é necessário olhar com alguma cautela para a sua posição sobre a Escola Histórica, existindo uma ideia deturpada desta, ao longo tempo. A ideia errada de que Marshall tinha uma posição totalmente crítica sobre a Escola Histórica foi sendo comumente aceite, tendo sido Robbins uma das principais figuras a contribuir para essa falácia de que Marshall era um antagonista da Escola Histórica (Hodgson, 2001: 96). Esta ideia sobreviveu ao tempo porque se encaixou nas conceções

gerais da história intelectual, mantida tanto por economistas neoclássicos, como por economistas heterodoxos, que encaram Alfred Marshall como o vulto mais importante no desenvolvimento da teoria neoclássica.

Mas de facto, Marshall elogiou e apoiou muitas ideias da Escola Histórica Alemã, tal como deu relevância ao problema da especificidade histórica nos seus artigos. Mesmo nas edições posteriores de seus *Principles of Economics* (1949) manteve uma visão altamente elogiosa dos economistas históricos alemães: “Seria difícil substituir o valor do trabalho que eles e seus colegas de trabalho [...] fizeram ao rastrear e explicar a história dos hábitos e das instituições económicas. É uma das grandes conquistas da nossa era” (Marshall, 1949: 634 *apud* Hodgson, 2001: 97-98).

Marshall não ignorou o problema da especificidade histórica, como pode ser verificado na sua palestra inaugural como Professor de Economia Política na Universidade de Cambridge, ele criticou os economistas ingleses do início do século XIX pois “eles não viam como os hábitos e as instituições da indústria são suscetíveis de mudar” (Marshall, 1885: 155 *apud* Hodgson, 2001: 99) e ainda “[...] se o objeto de uma ciência passa por diferentes estágios de desenvolvimento, as leis que se aplicam a um estágio raramente se aplicam sem modificação a outros; as leis da ciência devem ter um desenvolvimento correspondente àquilo que tratam” (Marshall, 1885: 154 *apud* Hodgson, 2001: 99). No entanto, não podemos ignorar que o pensamento económico de Marshall era muito individualista e utilitário, diferenciando-se dos historicistas alemães. Mas mesmo assim, reconheceu a relevância do problema da especificidade histórica, mas não chegou a tentar resolvê-lo, concentrando-se em desenvolver os princípios universais da Economia, pelos quais ficou célebre.

### **A Economia esquece a História**

Uma das principais falhas metodológicas da Escola Histórica Alemã, como vimos, foi o excessivo foco no empirismo e nos métodos indutivos. Esse erro foi reconhecido pelos próprios membros, mas com o desencadear da Segunda Guerra Mundial, a continuação desta Escola perdeu-se no tempo. Convém realçar que foi na ciência económica onde a questão da especificidade histórica mais tempo foi debatida. A economia (*economics*) – após deixar cair a “política” de economia política – e a sociologia passaram por uma

transformação metodológica na década de 1930, envolvendo uma redefinição dos seus objetos de estudo. Lionel Robbins e Talcott Parsons na economia e na sociologia respetivamente, chegaram a um acordo na definição territorial do campo de análise de cada uma das disciplinas. A economia seria dedicada à “escolha” e a sociologia à “ação”. Como diz Vítor Neves, referindo-se à influência de Robbins na ciência económica: “O comportamento da economia é analisado em termos de soluções de equilíbrio (eficientes) para problemas de escolha racional de afetação de recursos escassos com alternativas (otimização)” (Neves, 2016: 130). Assim, o problema da especificidade histórica foi ignorado e esquecido. Na economia começava a surgir a “teoria geral do equilíbrio”.

Os teóricos gerais não reconhecem esse problema porque acreditam que a economia pode prosseguir inteiramente com base em suposições universais e historicamente inespecíficas. No passado, alguns empiristas reagiram contra os teóricos gerais, enfatizando as particularidades de cada caso. Mas, ao não estabelecerem um arcabouço teórico prévio, os empiristas perderam-se em sistemas de categorizações, uma crítica que Veblen (1898), o fundador do Institucionalismo, apontou à Escola Histórica. Em casos extremos, os teóricos gerais veem apenas as semelhanças - os empiristas veem apenas as diferenças. O problema está no estabelecimento de categorias e suposições apropriadas, sobre as quais os trabalhos empíricos e teóricos devem prosseguir. É impossível, em princípio, resolver o problema simplesmente investigando os factos. Nem a teoria geral sozinha, nem o empirismo sozinha, conseguem resolver o problema da especificidade histórica.

Ao ignorarmos a relevância da história na análise dos fenómenos económicos estamos a cometer vários erros. O primeiro deles é que apenas são focadas as semelhanças comuns aos sistemas socioeconómicos, não atribuindo relevância às diferenças. Desta forma, os detalhes, que podem consistir de enorme relevo para a análise de um sistema socioeconómico em concreto, são esquecidos. A economia retira a história da sua análise porque concentra-se apenas no que é suposto ser comum a todos os sistemas. Como já referimos, Robbins (1935) deu ênfase à economia como a “ciência da escolha”, a economia neoclássica insere essa escolha no comportamento racional. Desta forma, as circunstâncias históricas nas quais as escolhas acontecem, não são tomadas em consideração, tal como não é considerado o papel das instituições e da

cultura na determinação das preferências individuais de cada agente. Assim, assume-se que existe um sistema socioeconómico “natural” e os outros são “não naturais”, o que é um erro. Outro dos erros é a ideia de que existe uma natureza humana. Ou seja, o papel das instituições, da cultura e da sociedade na constituição do indivíduo não é tido em conta. Desta forma a história sai da “equação”. Mesmo ao admitirmos a existência de uma “natureza humana” ela não é estática, mas é moldada pela vida material em cada momento no tempo e no espaço.

A crença neoliberal, que se insere na ideologia dominante, diz-nos que o mercado livre é a situação desejável e ideal para o funcionamento da economia. Os economistas, que defendem esta ideia, quando são confrontados com situações que caem fora deste cânone do mercado livre (mercados regulamentados, restringidos, etc.) identificam-nas como situações que devem ser corrigidas, isto é, se a teoria não se adapta à realidade, a realidade tem que se adaptar à teoria. Ao encararmos a economia como o estudo de um sistema de mercado livre e ideal, afastamos qualquer contribuição da história para essa análise. Assim, “nenhum outro sistema, passado ou presente, precisa de ser estudado porque é considerado uma aberração [...]. A história económica torna-se na história do desenvolvimento de todas as economias em direção a esse ideal” (Hodgson, 2001: 31).

### **A Economia Política e a Interdisciplinaridade**

Schumpeter começa um dos seus artigos famosos, *The Creative Response in Economic History* (1947), da seguinte forma: “Historiadores económicos e economistas teóricos podem fazer uma caminhada interessada e socialmente valiosa, se assim o quiserem” (Schumpeter, 1947: 149). Esta afirmação de Schumpeter parece-nos o melhor resumo das ideias que discutimos até aqui neste artigo. E leva-nos a novas perguntas, será que a ciência económica consegue explicar totalmente a economia? Mesmo se tiver em consideração o problema da especificidade histórica? Como diz Vítor Neves: “Pensar a interdisciplinaridade na economia é pensar a própria economia como disciplina, o seu objeto, a natureza desse objeto, a definição das fronteiras e conexões que podemos ou devemos estabelecer” (Neves, 2016: 125).

A figura do *homoeconomicus* central à teoria neoclássica, isto é, o conceito de racionalidade, no sentido da otimização através de restrições dadas e conhecidas parece-nos, como já evidenciámos, deveras insuficiente para estudar a economia. A análise económica deve de ser holista, evolucionista, interacionista, interdisciplinar, deve se basear nos princípios das mudanças cumulativas e da causalidade circular, deve assumir a existência de conflitos de interesses e não ser determinística nem hedonista. Ao assumirmos a importância da história na análise económica, a grande maioria destas características passa a verificar-se. De facto, não só a história, mas outras disciplinas do conhecimento podem convergir naquilo que chamamos de interdisciplinaridade e ajudar-nos a perceber de uma forma mais completa e enriquecedora todas as dimensões dos fenómenos económicos e sociais.

Vítor Neves (2016) apresenta dois modelos de interdisciplinaridade na ciência económica. Um deles designado por *multidisciplinar*, em que cada disciplina mantém a sua autonomia, e um outro designado *transdisciplinar*, em que existe as várias disciplinas confluem para uma ciência social unificada (Neves, 2016:138). O modelo *multidisciplinar* implica que várias áreas para além do objeto de estudo da economia<sup>7</sup> devem ser consideradas na sua análise, como o contexto histórico, as leis, o poder, a educação, etc. Portanto, várias disciplinas podem e devem contribuir para o estudo da economia. Assim, os contributos da história, do direito, da ciência política, da sociologia, da psicologia e de muitas mais disciplinas tornará a análise feita pela economia muito mais rica e precisa, na medida em que levará em consideração aspetos que a ciência económica de uma forma autónoma não conseguiria incorporar. O modelo *transdisciplinar* pressupões que todas as ciências sociais devem ser integradas numa única, de forma que o conhecimento diversificado esteja concentrado numa ciência unificada capaz de estudar qualquer fenómeno social e económico. Assim, não existiria uma especialização por disciplina, mas uma especialização temática (Neves, 2016: 141).

A economia política, ao contrário da *economics*, é comumente associada a um carácter social e histórico da análise económica e, até mesmo, a uma reflexão filosófica dos fenómenos económicos. Esta última associação é um reflexo dos filósofos iluministas do século XVIII, onde se inseria Adam Smith, que consideravam a economia política um

---

<sup>7</sup> O objeto de estudo da economia pode ser definido como o sistema económico ou fenómenos económicos.

ramo da filosofia moral, que se dedicava ao estudo dos problemas da produção e do consumo, só o deixando de ser, como vimos, após a fundação da *economics*, como disciplina autónoma por Alfred Marshall. De facto, a economia política, inserida na área da economia heterodoxa, assume-se com uma área interdisciplinar, pois é reconhecido que os fenómenos económicos apresentam um nível de complexidade que não torna possível a sua separação de outras esferas, onde estes também se incluem. Neste artigo atribuímos especial ênfase à importância da história na economia, mas, de facto, muitas outras áreas do conhecimento são relevantes no estudo da economia.

### **Conclusão**

Concluindo, podemos verificar que a *economics* utiliza uma metodologia que ignora muitos fatores determinantes da análise dos fenómenos económicos. A especificidade histórica é um deles. Uma abordagem interdisciplinar revela-se fundamental para estudarmos uma realidade complexa e dinâmica como são os fenómenos económicos e sociais. A história revela-se indispensável nessa análise, pois o carácter evolutivo desses fenómenos e as suas particularidades em determinado momento no tempo e no espaço necessitam de ser consideradas.

No entanto, não queremos menosprezar a importância da teoria, mas pretendemos que ela seja menos abstrata e menos geral. As teorias gerais baseiam-se em características consideradas comuns ou universais e não em características históricas ou características culturais específicas. O problema da especificidade histórica parte do reconhecimento de diferenças significativas subjacentes entre diferentes objetos de análise. Uma teoria pode não servir para todos. Uma realidade essencialmente diferente pode exigir uma teoria substancialmente diferente.

A Escola Histórica Alemã veio introduzir, no pensamento económico, a relação interdisciplinar entre a economia política e a história. Os dois principais objetivos desta Escola foram a reforma social e a transformação da economia política numa ciência histórica. Algumas contribuições da Escola Histórica Alemã tornaram-se duradouras, no sentido em que vários economistas de escolas heterodoxas subsequentes concordaram que eram necessários estudos empíricos para explicar o presente, tal como testar teorias específicas em problemas únicos.

O *methodenstreit* foi um marco importante no debate da metodologia da ciência económica, pois levou a historicidade para o centro da discussão. Este debate poderia ter sido resolvido se Menger e Schmoller tivessem concordado que eram necessários métodos diferentes para analisar problemas diferentes, utilizando tanto a teoria como o empirismo. No rescaldo deste debate, Alfred Marshall mostrou-se a favor do uso de uma pluralidade de métodos na ciência económica, apesar de ter canalizado os seus esforços no desenvolvimento dos princípios universais da economia, inaugurando uma área de estudos autonomia, a *economics*.

A economia política, enquanto ciência social, deve buscar a interdisciplinaridade, combinar princípios gerais com investigação empírica e com teorização direcionada a domínios singulares. A especificidade histórica deve ser tida em conta quando estudamos os fenómenos económicos e sociais. O ressurgimento do historicismo e a sua regeneração são necessários.

## Referências Bibliográficas

- Backhouse, Roger E. (2002), *The Penguin History of Economics*, London: Penguin Books, 173-184.
- Commons, John R (1931), "Institutional Economics", *American Economic Review*, 21, 648-657.
- Diamond, Jared (2005) [1997], *Guns, Germs & Steel: A Short History of Everybody for the Last 13.000 Years*, Vintage Books, London, 403-425.
- Grimmer-Solem, Erik & Romani, Roberto (1998), The Historical School, 1870-1900: a Cross-National Reassessment, *History of European Ideas*, Volume 24, Nos. 4-5, 267-299.
- Hodgson, Geoffrey (2001), *How Economics Forgot History: The Problem of Historical Specificity in Social Science*, Londres: Routledge.
- Marshall, Alfred (1949) [1890], *The Principles of Economics*, (8th edn), London: Macmillan.
- Milonakis, Dimitris & Fine, Ben (2009), From *Political Economy to Economics: Method, the social and the historical in the evolution of economic theory*, Routledge: London and New York, 71-156.
- Neves, Vítor (2016), "Economia e interdisciplinaridade: porque é que a economia não pode ser deixada apenas aos economistas?", in António Rafael Amaro et al. (orgs.), *Interdisciplinaridade e Universidade*, Coimbra: Coimbra University Press, 123-152.
- Robbins, Lionel (1935) [1932], *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*. London: MacMillan.
- Schumpeter, Joseph A. (1947), "The creative response in Economic History", *The Journal of Economic History*, 7(2), 149-159.
- Veblen, Thorstein (1898), "Why is Economics Not an Evolutionary Science", *The Quarterly Journal of Economics*, 12, 4, 373-397.